

# **A insustentável leveza da revolução**

## **The unbearable lightness of revolution**

JOÃO MELO\*

“**R**evolução” é um conceito que desde muito cedo ressoa na minha memória íntima e pessoal, para não dizer social e cultural. Eu explico-me: nascido numa família de nacionalistas angolanos, quer do lado materno quer do lado paterno, o “espírito revolucionário” como que pairava sobre mim e os meus irmãos desde o berço, embora não pudéssemos ainda racionalizá-lo, mas ele ia entrando pelos nossos olhos e poros e instalando-se subversiva e definitivamente na nossa consciência, nas visitas que frequentavam a nossa casa, nas conversas cifradas e não entendidas, nos silêncios intermitentes, nos comentários deixados soltos no ar, como pássaros virulentos e promissores.

A partir de 1961, com o início da luta armada de libertação nacional em Angola, o conceito tornou-se mais denso e palpável, embora indefinido e misterioso, para um garoto com apenas seis anos de idade. Ele revelava-se, quase no sentido religioso do termo, em breves episódios e experiências aparentemente inefáveis. O meu pai, Aníbal de Melo, fugiu clandestinamente de Luanda para juntar-se à guerrilha nacionalista: a sua imagem, na noite anterior, na nossa casa no Bairro Popular, é uma das raras lembranças da infância que guardo comigo até hoje. De igual modo, recordo ainda as inúmeras visitas à sede da polícia secreta portuguesa em Luanda, com a nossa mãe, em

---

\* União dos Escritores Angolanos (UEA), Luanda, Província de Luanda, Angola. E-mail: joaome-lo55@hotmail.com.

busca de um passaporte que nos possibilitaria deixar o país e que jamais nos foi emitido. Também evoco as constantes detenções dos meus tios, Henrique e Mário Guerra, irmãos da minha mãe.

Era o tempo da nação por descobrir e do país por conquistar. Mas era também o tempo da repressão. Enquanto conspiravam, os mais velhos procuravam proteger os mais novos, talvez resguardando-os para o futuro, eles, que sabiam da inevitabilidade da chuva. Nada nos falavam, portanto, do tempo. Mas o tempo lá estava, não apenas como um arco estabelecendo limites, um ar que respirávamos sem sentir, mas como uma outra pele, que, arrogante e presunçosa, pensava ter substituído a nossa pele natural, sem saber que, em silêncio, a corroíamos por dentro. Assim cresci: calado, protegido, certo do meu encontro com a “Revolução”. Esta ia dando notícias, por exemplo, através dos postais que recebia do meu pai a partir do mundo exterior: Lusaka, Roma, etc. Ele não os assinava, mas nós sabíamos.

A primeira revolução com a qual me deparei directa e fisicamente foi a Revolução dos Cravos, em Portugal. Quando lhe dei encontro, eu tinha 19 anos e estudava Direito em Coimbra. No dia 25 de Abril, estava a matabichar antes de ir para a Faculdade, quando um colega de “República” natural de Moçambique e que estudava Medicina recebeu um telefonema dos pais, que estavam em Lisboa, informando-o que os militares estavam nas ruas na capital portuguesa. O meu mundo alterou-se completamente desde essa manhã gloriosa.

Recordo a impressionante série de acontecimentos pessoais e colectivos que se seguiram como se estivesse a ver um filme: as vozes soltaram-se, descobrimos, de repente, que todos éramos irmãos (e, mais do que isso, camaradas), conheci velhos conspiradores, participei em manifestações exigindo “independência já” para as então colónias portuguesas, líamos Neto, Viriato, Jacinto, Noémia, Craveirinha e outros em voz alta, ouvíamos Ruy Mingas e Barceló, Zeca Afonso, Fausto e José Mário Branco, organizámos palestras sobre Angola em Coimbra, Porto, Covilhã, enfim, “ardíamos” com a Revolução.

A nossa revolução de verdade, no entanto, era longe dali. Angola tinha de ser independente. Quando Neto e outros revolucionários passaram por Coimbra exortando os estudantes a regressar imediatamente a Angola, para ajudar a conquistar o país, estávamos prontos. Em Novembro de 1974, estava em Lisboa, na casa de um tio, a caminho de Angola, quando recebi um telefonema do meu pai, depois de 14 anos, a partir de Luanda. Só consigo recordar-me de uma

frase: “Filho, volta!”. Voltei, claro. Aqui estou, até hoje, trazido desde sempre por este caminho “traçado pela nossa mão”, como diria o poeta.

A “Revolução” não mudou a minha percepção, nem como pessoa nem como escritor, mas, no mínimo, balizou-a. Na verdade, ela faz parte da minha herança “genético-social”, para não dizer cultural. Por isso, as opções que tomei ao longo da vida, as prioridades que estabeleci e as estratégias que adoptei levaram sempre em conta, sem dúvida, essa herança. Foi por causa dela, por exemplo, que me tornei jornalista. Com efeito, nos meses que antecederam a independência de Angola, a 11 de Novembro de 1975, assistiu-se a uma debandada geral dos antigos quadros portugueses que trabalhavam em Angola, o que afectou igualmente o sector da comunicação social. Era preciso, pois, preencher esses vazios. Assim, eu fui colocado na redacção da Rádio Nacional de Angola por decisão do presidente Agostinho Neto.

As minhas opções revolucionárias marcaram sempre o meu trabalho literário, mas não no sentido em que os detractores das ligações que é possível existir entre Revolução e literatura (assim como a arte e a cultura em geral) comumente as criticam, ou seja, jamais acreditei que a literatura deve ser uma mera “correia de transmissão” da Revolução. Assim, e não tendo nada contra a “arte de encomenda” (afinal, Da Vinci produziu algumas das suas obras primas por encomenda) sempre defendi que os escritores têm o direito inalienável de escrever e publicar aquilo que quiserem, como quiserem e quando quiserem.

A minha obra literária, penso, é um exemplo dessa visão. De facto, tenho feito de tudo, da poesia política à poesia experimental, passando pela poesia intimista, telúrica, amorosa e erótica. Sou radicalmente contra a manipulação (ou auto-manipulação) dos artistas e escritores por parte de todos os poderes (incluindo, claro, o “mercado”). Como digo num poema que dedico a um grande poeta revolucionário (Maiakosvki), “a programação dos poetas é o suicídio das revoluções”.

Recebido em 02 de abril de 2012 e aprovado em 14 de junho de 2012.